



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 05/2021

Pregão Presencial Registro de Preços n.º 05/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA.

RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38.º da Lei n.º 8.666/93.

O Processo foi deflagrado a partir de solicitação expressa apresentada pelos Secretários Municipais, sob a justificativa de que a contratação de empresa para prestação de serviços de locação de mão de obra, visando reformas e pequenas manutenções em prédios da prefeitura é necessária para melhorar o ambiente de trabalho dos servidores públicos e da população.

Ao processo foi anexado documento consistente em fonte de recursos para a contratação da prestação dos serviços de mão de obra.

A contabilidade forneceu a existência de dotação orçamentária para a contratação.

Estão anexados os parâmetros de preços fornecidos por empresas do ramo.

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço.

O "caput" do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital.

Fones: (65) 3225-1181 - 3225-1139 - Telefax: (65) 3225-1350

1

Rua Arnaldo Jorge da Cunha, nº 444 - CEP 78.240-000 - Porto Esperidião - Mato Grosso
E-mail: pmpesper@terra.com.br

Site: pmpertoesperidiao.com.br



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

O Edital cumpre adequadamente a exigência, eis que esclarece o objeto como sendo a alocação de mão de obra em serviços diversos para atender às necessidades da Prefeitura. O Termo de Referência estabelece o local de execução dos serviços, prazo de início, a descrição dos serviços que serão tomados e quantidade de diárias.

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II- ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições”.

O sistema de registro de preço emerge como procedimento especial, vinculado e integrante do procedimento licitatório, com o propósito de otimizar a finalidade da licitação na obtenção de proposta mais vantajosa, sempre que não for possível definir, na conclusão do certame, as quantidades contratuais a serem executadas.

O Registro de Preço tem cabimento para evitar que a Administração celebre um contrato cujas quantidades, por imprevisão natural, possam não ser necessárias, ou também para que a Administração possa realizar um certame público antes de eventuais necessidades futuras e emergenciais, evitando assim as famigeradas contratações diretas ou fracionadas cartas convites.

No caso, o Termo de Referência estima as quantidades de diárias a serem contratadas, mas não a efetiva quantidade que será necessária, haja vista que que depende da demanda apresentada no decorrer da validade da ata de registro de preços, portanto, vislumbra-

Fones: (65) 3225-1181 - 3225-1139 - Telefax: (65) 3225-1350



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

se situações que possam resultar em alterações, tais como aquelas provocadas por intempéries, o que justifica o registro de preços.

No caso, o Edital, anexos e a minuta de Contrato que compõem o processo atendem à legislação pertinente, assim, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

Em face ao exposto, o Parecer é pelo prosseguimento da contratação pela licitação em análise.

S.M.J.

Porto Esperidião, 08 de fevereiro de 2021.


José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

José de Barros Neto
Advogado - OAB/MG nº 131.111